



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 191 / JANEIRO-FEVEREIRO 2019 / WWW.STML.PT



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **RSB: Só o caminho da luta garante uma carreira e um futuro dignos!**
- 7 **Trabalhadores-electricistas não vão baixar os braços!**
- 10 **Renegociação do ACEP com a CML**
- 12 **Os trabalhadores das juntas de freguesia e o caminho que melhor os defende**
- 13 **A formação profissional contribuirá para uma melhor avaliação?**
- 17 **Salários da AP para 2019: uma mão cheia de quase nada...**
- 19 **A progressão nas carreiras ainda não teve efeitos nas remunerações base dos trabalhadores...**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 191 — JANEIRO-FEVEREIRO 2019

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis
Corpo Redactorial Luís Dias, Paula Correia, Paula Lourenço, Ema Cruz, Tiago Lopes e José Malhadas

Propriedade
Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção
Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral
Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato
Tiragem 4.000 exemplares
Preço de capa 0,01€
Número de Identificação Fiscal 500 850 194
Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Escola Superior de Educação João de Deus
Grupo Lusófona
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS
Ponto Seguro, mediação de seguros
Millenium BCP
DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO
Campiférias
Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela
Viagens Falcon

OUTROS
ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho
Cartão BP Plus
Escola de Condução ENAL
Lancaster College – Escola de Línguas
Mind Project

EDITORIAL

Entramos num novo ano, mas com velhos problemas por resolver. A luta dos trabalhadores, provenientes de várias realidades profissionais, marcou os últimos meses de 2018. Um caminho que devemos e podemos aprofundar, tendo em mente alcançar melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, melhores condições de vida.

No centro da vida de cada um, na vida de todos, a estagnação quase total dos salários. Um resultado que se repete, ano após ano, face à política miserabilista de sucessivos governos que optam, quase sempre, por canalizar avultadas verbas para os negócios da banca privada, das parcerias público-privadas, etc., em detrimento da valorização salarial de milhares de famílias portuguesas. O governo minoritário do PS, uma vez mais, não foge à regra.

Neste cenário, não podemos baixar os braços! Com persistência, confiança e força, é essencial unir esforços de forma a inverter uma realidade que, longe de ser uma inevitabilidade, é antes a consequência da política de baixos salários que determinados partidos (PS-PSD-CDS) tanto apregoam combater quando sentados na oposição, mas que assumem sem qualquer vergonha quando saltam para o governo. O ano de 2019 será anos de eleições legislativas. Momento que servirá, se for essa a vontade e houver consciência, para inverter este estado de coisas.

Na **Câmara Municipal**, passamos do optimismo esbanjador, onde não havia falta de verbas para tudo e mais alguma coisa, para um discurso que aponta constrangimentos e muitas dúvidas quando se fala em melhorar a vida de quem trabalha no município. Esperemos que a renegociação do ACEP, com o Executivo liderado por Fernando Medina, não caia no poço onde flutuam velhos e gastos argumentos, geralmente sempre contrários aos direitos, interesses e expectativas dos trabalhadores.

Não ignoramos ainda, o realimentar da precariedade numa autarquia cujos responsáveis sempre se vangloriaram por a combater. Das palavras aos actos, a verdade emerge. Temos assim perto de 100 novos trabalhadores a recibos-verdes, desta vez na remoção de resíduos sólidos. Realidade que coincide com a conclusão na Câmara Municipal do processo de regularização extraordinária de vínculos precários (PREVPAP). Algo parece não bater certo...

O fim de 2018 e início de 2019 é também marcado pela greve dos sapadores bombeiros contra um Governo autista e irresponsável que procura destruir a sua carreira, não só atacando os seus direitos, mas colocando em risco a segurança das populações. A luta destes trabalhadores irá continuar inevitavelmente.

Nas **Juntas de Freguesia**, avançam os processos de renegociação do ACEP, sendo Santo António, a última Junta com quem o STML celebrou tão importante instrumento de regulação colectiva, juntando-se deste modo a Carnide, Marvila e Penha de França. O objectivo será, obviamente, alcançar resultados semelhantes nas restantes freguesias, permitindo aos respectivos trabalhadores a recuperação, também a obtenção pela primeira vez, de importantes direitos.

Nas **Empresas Municipais**, os trabalhadores da GEBALIS, reunidos em plenário no mês de Dezembro, decidiram avançar com uma queixa na ACT contra as ambigüidades do CA da empresa que os prejudica, no presente, mas também no futuro. Na EGEAC, o processo de negociação salarial relativo a 2018 termina, mas em 2019 e com resultados semi-positivos. No momento em que escrevemos este **editorial**, mantêm-se o impasse sobre a retroactividade. Veremos o que carregam os novos ares do ano que agora iniciamos.

O ano de 2019 será o que a vontade dos trabalhadores quiser, construindo com o seu sindicato, o STML, novas e mais poderosas sinergias que alicercem um quadro global, também particular, mais favoráveis. Unidos como os dedos de um punho cerrado!



RSB: Só o caminho da luta garante uma carreira e um futuro dignos!

Mantem-se a incerteza relativamente aos diplomas que o Governo do Partido Socialista pretende implementar, que o STML classificou de deplorável e nefasto. Propostas que visam, alegadamente, regulamentar as atuais Carreiras Especiais de Bombeiros Profissionais, as quais se encontram atualmente regulamentadas através do decreto-Lei nº 106/2002.

O STML tem sido incansável no sentido de travar ou, pelo menos, melhorar os diplomas do Governo, enquanto outros se limitam a “cavalgar a onda”. Inicialmente foram efetuados plenários por todos os quartéis, dando conhecimento aos bombeiros dos decretos, ainda sem o prévio conhecimento oficial do documento. Seguiram-se várias reuniões com representantes do Governo, nomeadamente com a Secretária de Estado da Administração e Emprego Público e com o Secretário de Estado da Proteção Civil, onde lhes foi entregue propostas de alteração aos documentos, sem que dessas reuniões tivesse vindo nada de proveitoso.

Em simultâneo, foram solicitadas e agendadas reuniões com todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia de República, onde lhes foi apresentado os diplomas do Governo com todas as malfeitorias, além das propostas defendidas por STML e STAL.

Com o evoluir do descontentamento dos bombeiros a nível nacional, ambos os sindicatos promoveram um plenário/concentração em frente ao Ministério da Administração Interna (a 3 de Dezembro), no qual ficou bem patente a insatisfação dos bombeiros profissionais de todo o país e onde foi decidido por unanimidade a marcação de uma greve de duas semanas, a ter início às 00h00 de dia 19 de Dezembro até às 24 horas de dia 02 de Janeiro.

Seguiram-se reuniões com o Presidente da autarquia de Lisboa, tendo este assumido o compromisso de sensibilizar o Governo sobre as preocupações dos bombeiros.

Já com a greve iniciada, o Governo, na pessoa do Secretário de Estado da Proteção Civil, convocou as estruturas representativas dos bombeiros profissionais, para uma reunião com vista a, alegadamente, melhorarem o documento. Contudo, mais uma vez, os sindicatos saíram de lá com uma mão vazia e outra cheia de nada.

É de vital importância que o Governo reflita sobre as implicações que as medidas preconizadas no diploma acarretam, porque, se por um lado os bombeiros são os primeiros a sentir, quer no “bolso” quer no corpo, serão as populações que, mais tarde ou mais cedo, sentirão o impacto dessas mesmas medidas.

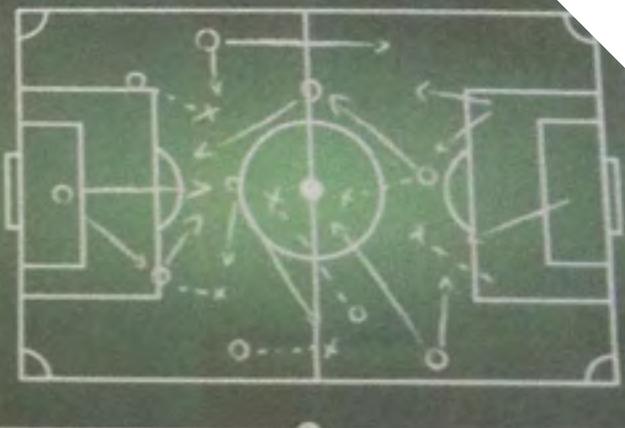
Se tomarmos como exemplo apenas algumas situações previstas nos documentos, como a Aposentação, o Estatuto Remuneratório e a Carreira, facilmente se chega à seguinte conclusão: no futuro, e contrariando aquilo que o próprio Governo tem andado a propalar sobre a profissionalização da proteção civil, não existirão bombeiros profissionais, porque ninguém quererá enveredar por uma profissão em que o vencimento seja o equivalente ao ordenado mínimo ou em que terá que desempenhar a função até para lá dos 60 anos. Situações só aceitáveis para quem desconhece por completo a profissão de bombeiro, além do facto de não ter qualquer hipótese de progredir porque não existirá uma Carreira.

Por estas e outras razões, será inevitável aprofundar o caminho da luta! Na determinação, unidade e confiança dos bombeiros, residem as suas principais armas contra um Governo que se mantém autista face às suas legítimas e mais do que justas expectativas. Ao lado dos bombeiros, estará, como sempre, o STML!



“o tempo que ficamos presos no elevador é descontado nas nossas férias ou conta para a reforma?”

ou há outra razão para que os elevadores fiquem tanto tempo parados com gente lá dentro?



“Os planos de emergência não são aquelas coisas verdes com umas setinhas brancas?”

se houver uma emergência a sério é este o “plano” que seguimos?



Estará o Executivo a brincar com os problemas que afectam os trabalhadores do Edifício do Campo Grande?

O STML levou a cabo no passado dia 12 de Dezembro, uma acção de colagem e distribuição de panfletos no edifício do Campo Grande, relembrando de forma irónica, algumas “prendas” que os trabalhadores deste edifício e este seu Sindicato, há muito ambicionam, mas que o “Pai Natal” da CML, teimosamente, faz questão em não contemplar.

Sendo certo que há locais de trabalho na CML em que as condições de trabalho, de serem tão más, não há época natalícia por mais abonada que seja que consiga disfarçar ou minimizar essas parcas condições, tal não invalida a denúncia, uma vez mais, de situações relativas às condições de trabalho existentes neste edifício (e por arrasto, noutros também), que ano após ano se repetem, sem que se vislumbre a sua melhoria e/ou retificação.

O respeito pelos trabalhadores vê-se muitas vezes em coisas simples, em acções profícuas e estruturadas, com objectivos claros e entendíveis, que visem melhorar de forma efectiva, o bem-estar e a produtividade, de todos eles. Muito, muito mais que declarações de ocasião, mesmo que a quadra Natalícia, a isso aluda e a tentação seja irresistível.

Os temas escolhidos abarcaram várias áreas:

- Da ausência de um refeitório, à falta de espaço para arrumar documentação,
- De planos de evacuação no caso de emergência, ao desencarceramento nos ascensores e avarias,
- Dos problemas informáticos e rede, ao posto médico com falta de pessoal técnico (médicos e enfermeiros).

Na realidade, são temas recorrentes, poder-se-ia dizer mesmo, que são temas banais, mas são estes os temas, e que urgem solução.

Alguns deles nem sequer implicam, a questão sempre presente, de serem alocados meios muito dispendiosos que o STML tem denunciado de forma consistente tal o volume de queixas que os trabalhadores fazem chegar a este sindis. Muitas vezes, a resolução do problema passa por uma melhor organização, e por uma vontade inequívoca do ‘querer’.

Outras há, que mais que saber ouvir é preciso saber escutar. Saber ler os sinais de alerta e dinamizar a prevenção envolvendo os trabalhadores, considerando-os, não como peças de uma qualquer ferramenta, mas como a maior riqueza da organização.

Se estes alertas, simpáticos, irónicos, irascíveis por vezes, conseguirem que se despertem algumas consciências, tantas vezes afogadas por um “deixa andar” esquizofrénico e arrogante, conseguiu-se o primeiro passo para, de forma séria, alguns destes problemas poderem ver uma luz diferente que apenas a do esquecimento.

Por nossa parte, STML, diremos sempre presente, de forma mais séria ou sarcástica, mas sempre com os trabalhadores, porque nós trabalhadores da Função Pública e da CML, e porque entramos num novo ano, sem que com isso assistamos, ao descongelamento dos salários, ao fim da precaridade no trabalho, e tantas, tantas outras reivindicações não respondidas, resta-nos a certeza que só lutando de forma empenhada, todos os dias, em todos os locais, com o STML, poderemos ter a esperança que no Natal de 2019 haja um “Pai Natal” que ilumine quem nos dirige, e dessa forma sermos tratados com a dignidade que na realidade merecemos.



EGEAC



GEBALIS

EGEAC: Processo de negociação salarial anual de 2018 quase a terminar, mas em 2019...

O STML chegou a acordo com o Conselho de Administração (CA) da EGEAC sobre a grelha salarial (na reunião de 26 de Novembro), isto é, sobre os aumentos salariais em termos percentuais e quantitativos para os trabalhadores da empresa. Face a diferentes posições sobre a retroactividade destes aumentos, realizou-se a 17 de Dezembro mais uma ronda negocial visando acertar posições sobre esta matéria que tem dividido o CA e o Sindicato.

Relembramos que a posição do CA da empresa, apontava o mês de Outubro como o ponto de partida para o pagamento dos aumentos salariais consensualizados. Da parte do STML e dos trabalhadores, os retroactivos deveriam e devem ter em consideração o mês 1 do ano a que dizem respeito as negociações, ou seja, Janeiro de 2018.

Na reunião de Dezembro, evidenciou-se a abertura do CA para evoluir na sua proposta inicial, apresentando agora a retroactividade, à efectivação dos aumentos salariais de 2018, ao mês de Junho. O Sindicato irá debater esta proposta com os trabalhadores e perceber qual o sentido da sua vontade.

Para 22 de Janeiro de 2019 calendarizou-se a próxima reunião, onde será encerrado o processo negocial referente a 2018. Também nesta data iniciar-se-á o processo relativo a 2019. Neste sentido, o STML irá oportunamente auscultar os trabalhadores sobre a proposta de aumentos salariais a apresentar ao CA para 2019.

GEBALIS: Plenário aprova queixas à ACT contra o Conselho de Administração

Os trabalhadores da Gebalis decidiram, em Plenário, qual o próximo passo a dar para exigir ao Conselho de Administração (CA) da empresa a correcta contabilização do tempo efectivo de serviço na transição para as novas carreiras.

O STML e o STAL, recorde-se, sempre transmitiram, nas várias reuniões realizadas, que não cediam na interpretação da Cláusula 94.ª do Acordo de Empresa (AE). Posição que ficou novamente bem vincada na reunião Plenária do passado dia 11 de Dezembro, que teve lugar no Auditório do Museu-Biblioteca República e Resistência. Cerca de 80 trabalhadores decidiram então que se deveria recorrer à Autoridade para as Condições do Trabalho

(ACT). Tal queixa será formalizada em conjunto pelas duas estruturas representativas dos trabalhadores.

A mesma exigência, mais do que justa, já tinha ficado bem expressa nos 80% de assinaturas recolhidas no âmbito do abaixo-assinado que reclama a correcta contagem dos anos de serviço para a integração na tabela salarial do AE. O documento em causa foi entregue, em Julho, ao Presidente da CML, à Administração da Gebalis e à Assembleia Municipal de Lisboa.

Ambos os Sindicatos, com a concordância dos trabalhadores, mostraram disponibilidade para ser discutida, junto da administração, a forma de pagamento da correcta integração. Ela pode ser feita, por exemplo, de forma faseada, com retroactivos a partir de Janeiro de 2018.

Os trabalhadores aprovaram a proposta do STML e STAL para que seja apresentada outra queixa à ACT a propósito da majoração das férias no primeiro ano de contrato.

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos na Comissão Paritária de Acompanhamento do AE, serão postos em prática, a partir de Janeiro, os regulamentos de Assiduidade e Pontualidade; Saúde e Segurança no Trabalho; e Formação Profissional. O STML registou muitas das sugestões feitas pelos trabalhadores e apresentou-as durante a discussão dos regulamentos.

GEBALIS: Jornada contínua de trabalho está prevista na legislação

Com a entrada em vigor do AE em 2017, os trabalhadores da Gebalis podem solicitar a jornada contínua de trabalho. Esta é uma modalidade de horário que permite trabalhar de forma ininterrupta, com direito a um período de descanso, não superior a 30 minutos, considerado período de trabalho. Assim, ao encurtar o horário de almoço, quem trabalha sete horas diárias pode reduzir para seis horas – não pode exceder cinco horas seguidas.

A Gebalis renovou, pela quarta vez, o Rótulo Europeu de Responsabilidade Social Empresarial e tem uma política activa para a conciliação da vida profissional e familiar dos trabalhadores. Convém também lembrar que a jornada contínua de trabalho está regulada pela Cláusula 44.ª do AE.

Na Constituição da República Portuguesa, por seu turno, pode ler-se, no n.º 2 do artigo 68.º, que “a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.” A isto acresce o que diz, a alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º: “Todos os trabalhadores têm direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar”.



Ano novo, problemas velhos nos Cemitérios de Lisboa...

Longos foram os anos de desinvestimento nos cemitérios de Lisboa. Agora, que os trabalhadores até reconhecem algum esforço por parte da CML em retomar uma linha que os valoriza, não se compreende a demora na resolução de velhos problemas. O que falta, no essencial, é assumir de facto uma política mais virada para fazer dos cemitérios, não só espaços aprazíveis para quem os frequenta, mas também locais de trabalho mais funcionais e com melhores condições de trabalho.

Em termos de instalações, têm-se assistido ultimamente a pequenas intervenções, contudo, as obras de natureza estrutural, nomeadamente nos cemitérios de Benfica e de Carnide, tardam em sair da fase de projecto. No campo dos refeitórios, apesar de reaberto o do Cemitério dos Olivais, aguarda-se a abertura do de Carnide, não existindo sequer a perspectiva de colocar em funcionamento os de Benfica, Lumiar ou Prazeres. Por outro lado, são ainda muitas as instalações que carecem de sistema de climatização adequado, sendo o caso mais gritante, o das instalações onde está sediada a Divisão de Gestão Cemiterial, em Carnide.

No que diz respeito aos equipamentos de trabalho, falta renovar parte do parque informático, incluindo substituir ou prover impressoras na área administrativa. Também por adquirir, nova maquinaria que permita aliviar a movimentação de cargas pelos coveiros. Mantém-se a urgência em solucionar, adequadamente, os problemas com equipamentos de protecção individual, particularmente o que envolve botas e fatos impermeáveis que, a par da aquisição de fardamentos, exigem o acompanhamento prévio dos representantes para a Saúde e Segurança e o envolvimento dos trabalhadores no acto de selecção dos respectivos materiais a adquirir

A par de todos estes assuntos, mantém-se por resolver o principal problema, isto é, o reforço do número de trabalhadores na função de coveiro.

Para todos os trabalhadores dos cemitérios, é indispensável que seja aplicado um plano de formação, abrangente, mas também específico, adaptado à realidade de trabalho num espaço que não se equipara aos outros locais de trabalho da autarquia. Fundamental também, cuidar melhor a gestão dos assistentes operacionais, sobretudo no que diz respeito à política de admissões e rejuvenescimento.

Trona-se assim um imperativo para o ano de 2019, a abertura de concurso para encarregado operacional (apenas cerca de 50% dos encarregados têm reconhecida a sua categoria profissional), além da abertura de concurso, com reserva de recrutamento, para coveiros. Segundo dados da Divisão, prevê-se a aposentação de 10 trabalhadores nos próximos dois anos, o que significa perder perto de 10% do número actualmente existente no mapa de pessoal.

Se aliarmos este nível de aposentação, à média de idades na categoria de coveiro (acima dos 50 anos de idade), além da penosidade a que esta profissão desde sempre esteve sujeita, mais se evidencia a importância em reforçar quanto antes esta categoria profissional.

Quanto aos trabalhadores dos cemitérios de Lisboa, sabem que **podem contar com o STML**. Com determinação, não deixaremos de exigir à CML a resolução dos vários problemas aqui sintetizados.



Trabalhadores-electricistas não vão baixar os braços!

Decorreu a 28 de Novembro na Praça do Município, um plenário que reuniu os electricistas afectos ao DEMIEM e à DIP que, mais uma vez, ali se reuniram para reivindicarem do Executivo municipal, a atribuição do suplemento de insalubridade, penosidade e risco.

A luta dos trabalhadores deste sector por esta reivindicação tem décadas, mais concretamente desde que a Assembleia Municipal de Lisboa decidiu a atribuição deste suplemento a uma série de profissões da CML, excluindo, porém, os electricistas.

No início de 2018, estes trabalhadores, em conjunto com o seu sindicato, decidiram intensificar a luta por este objectivo. Primeiro em plenários sectoriais e depois numa concentração na Praça do Município em Fevereiro, entregaram ao Vice-presidente e ao Vereador responsável pelos Recursos Humanos e Finanças, um abaixo-assinado, subscrito pela maioria destes profissionais, onde era justificada e exigida a atribuição do referido suplemento.

Na reunião então ocorrida, foi manifestado por parte dos responsáveis municipais, o reconhecimento pela justiça da reivindicação, mostrando disponibilidade para a avaliação duma solução no plano interno do município, assim como diligenciar junto do Governo e da Assembleia da República (AR), a regulamentação deste suplemento.

Durante o tempo que mediou estes dois plenários, o Executivo foi adiando a decisão, o que levou os trabalhadores a assumirem outras formas de luta, até que finalmente o Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, transmitiu à Direcção do STML

que, apesar de reconhecer a justeza da reivindicação, a CML não iria atribuir o suplemento de insalubridade, penosidade e risco aos electricistas, por não estar previsto na deliberação da AML e por não estar regulamentado em lei. Logo no momento o STML manifestou a sua oposição a esta decisão.

Foi neste contexto que o STML, em conjunto com os trabalhadores, decidiu a realização deste plenário, ao qual se seguiu uma intervenção na reunião pública de Câmara.

Nesta intervenção, levada a cabo pelo Presidente do STML, interpelou-se Fernando Medina e o seu Executivo, reafirmando a justiça pela atribuição deste suplemento a este conjunto de trabalhadores. A resposta da parte do Executivo, mais uma vez, ficou a cargo do Vereador responsável dos Recursos Humanos e Finanças, repisando os argumentos já conhecidos que sustentam uma posição negativa face às expectativas dos trabalhadores, não deixando de mostrar a disponibilidade do Executivo no propósito de regulamentar este suplemento.

Em conclusão, o Presidente do STML criticou a falta de vontade política do Executivo Municipal para solucionar, internamente, este problema. Solução que, por exemplo, poderia passar por uma iniciativa na AML, acompanhando, no entanto, as intervenções que forem feitas junto do Governo ou da AR no campo da regulamentação deste suplemento.

Depois da intervenção na Reunião Pública de Câmara (a 28 de Novembro), a Direcção do sindicato e os trabalhadores presentes, decidiram que não vão baixar os braços, apontando para a AML uma acção que dê continuidade a esta luta.



Direcção Municipal da Cultura em efervescência?

Vários são os processos que actualmente envolvem os trabalhadores e os serviços municipais da Direcção Municipal da Cultura (DMC). Já conhecido há bastante tempo o imbróglio criado pela CML/Pelouro da Cultura sobre a realocização do **Arquivo Municipal de Lisboa**, serviço público municipal, hoje situado no Bairro da Liberdade e com intenções de ser transferido para o Alto da Eira até fins de 2019.

Indissociável deste processo, a mudança, na totalidade ou em parte, da **Videoteca** e do **Arquivo do Arco do Cego** para as instalações situadas no Bairro da Liberdade. Porém, o que se percebe é que persistem enormes dúvidas sobre como, o quê, quando ou quem.

Soma-se a venda do **Palácio do Machadinho**, sede da actual Direcção Municipal, que obriga a CML a definir um novo espaço, desconhecendo o STML qual o ponto de situação sobre este caso em particular. Também a **Hemeroteca** está carente de novas instalações, problema que parece não preocupar muito os responsáveis máximos da autarquia, se considerarmos as respostas até agora dadas ao Sindicato, ausentes de soluções concretas.

Nas reuniões realizadas pelo STML no último trimestre de 2018 com os trabalhadores de vários equipamentos sob alçada da DMC, nomeadamente a 18 e 24 de Outubro, e a 21 de Novembro, no Arquivo Municipal de Lisboa e a 9 de Novembro, na Hemeroteca, foram possíveis registar um conjunto de inquietações às quais a CML/DMC até agora não tem sabido solucionar e apaziguar.

Por último, sublinhamos o caso que mais transtornos têm causado no seio dos trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa, com a sua possível transferência para o Alto da Eira.

Com o abaixo-assinado, decidido em fins de 2017 e entregue a 31 de Janeiro de 2018 à Vereadora do Pelouro da Cultura, e depois de um plenário realizado pelo Sindicato nos Paços do Concelho, passando pelas reuniões do STML a vários níveis institucionais e pelas visitas às 'instalações da discórdia' (Edifício do Alto da Eira), e mesmo após intervenções e melhoramentos vários, estas ainda não reúnem a concordância da imensa maioria dos trabalhadores.

Os mesmos trabalhadores que em Novembro último, subscreveram um parecer técnico com propostas e soluções ao problema do Arquivo Municipal, numa iniciativa que mereceu a anuência do Sindicato.

Em síntese, deseja-se um Arquivo Municipal nas suas várias valências, com dignidade e dimensões (físicas e funcionais), que impreterivelmente devem ser equiparadas à dimensão histórica, cultural e política de uma cidade secular, capital da Europa, como é Lisboa. Um documento estratégico, também de matriz reivindicativa, entregue aos responsáveis políticos e hierárquicos do município de Lisboa. Prevendo-se uma reunião entre a Vereadora do Pelouro da Cultura para 9 de Janeiro, desconhece o STML neste momento as reacções concretas a esse mesmo documento.

Foi esta ideia que em inícios de 2018, obtive da Vereadora da Cultura um sinal e compromisso positivo, mas que parece ter sido esquecido ou subvalorizado pelo restante Executivo Municipal...

Da parte do STML, também dos trabalhadores, mantêm-se a posição e a vontade em contribuir para que na cidade se erga um espaço que condignamente possa ser atribuído o nome de **Arquivo Municipal de Lisboa**. Algo que neste momento simplesmente não existe!



STML intervém em várias freguesias, sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores!

Objectivando a resolução dos problemas que afectam os trabalhadores, além de procurar caminhos e soluções face às suas expectativas, o STML realizou diversas reuniões de trabalho com os responsáveis de várias juntas de freguesia. Fazemos a síntese e um ponto de situação sobre as realidades de São Domingos de Benfica, Campolide e Alvalade.

São Domingos de Benfica

A 6 de Novembro, o STML reuniu com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, representada pelo seu Presidente António Cardoso, entre outros elementos do Executivo e da estrutura hierárquica da Junta. Os objectivos desta reunião passaram pelo debate e negociação de eventuais alterações ao horário de trabalho dos serviços da higiene urbana. Também apresentado pelo Sindicato, a proposta de novo ACEP, visando alcançar os objectivos já materializados noutras freguesias, isto é, salvaguardar mais direitos para os trabalhadores. Como é habitual nos processos de possíveis alterações ao horário de trabalho, o Sindicato realizou um plenário para ouvir e registar a vontade dos trabalhadores (a 12 de Novembro). Foram as suas preocupações e expectativas transmitidas na segunda reunião com o Executivo (a 21 de Novembro), apontando, essencialmente, um sentido claramente oposto às intenções dos responsáveis da freguesia. Apesar de ter sido agendada uma terceira reunião (para 5 de Dezembro), a mesma não se chegou a realizar por desmarcação da Junta. Neste momento, aguardamos os desenvolvimentos destes processos, reafirmando que todos os caminhos serão possíveis trilhar na defesa dos interesses e direitos de quem trabalha.

Campolide

A 15 de Novembro os trabalhadores concentram-se em plenário junto à sede da junta, tendo entregue ao Presidente André Couto um abaixo-assinado com a discriminação de um conjunto de problemas que há meses carecem de resposta. Com esta acção, foi

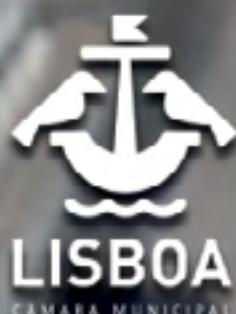
possível reunir no dia 30 do mesmo mês com os responsáveis da Junta, algo que não sucedia há mais de um ano. Nesta reunião, foram debatidos os temas dos EPI e fardamentos; investimento em meios mecânicos e materiais vários (indispensáveis ao trabalho diário da limpeza urbana); condições de trabalho; avaliação de desempenho; pagamento dos suplementos aos trabalhadores acidentados ou a regularização dos trabalhadores com vínculo precário. O Sindicato lembrou igualmente a importância em renegociar o ACEP, no propósito de repor e conquistar direitos para os trabalhadores de Campolide.

Muitos compromissos foram assumidos pelo Executivo da Junta, representado nesta reunião pelo seu Presidente. O Sindicato aguardará serenamente pela sua concretização real. Porém, não ficará indefinidamente à espera, face às respostas que os trabalhadores, justa e legitimamente exigem quanto antes.

Alvalade

A 26 de Novembro o STML reuniu com os responsáveis da Junta de Freguesia de Alvalade para iniciar o processo de renegociação do ACEP em vigor. Ao Sindicato foi igualmente transmitido, neste dia, a vontade em alterar o horário de trabalho na higiene urbana. Proposta da Junta, enviada formalmente ao STML, a 3 de Dezembro. A 7 de Dezembro, ouviram-se os trabalhadores em plenário, do qual resultou um abaixo-assinado manifestando a vontade contrária a possíveis alterações ao horário de trabalho. A 13 de Dezembro, reuniu novamente o STML com os responsáveis da Junta. Além de avançar com o processo de renegociação do ACEP, foi entregue o referido abaixo-assinado. Ficou o vogal responsável pela higiene urbana de apresentar ao Executivo da Junta, os argumentos e vontades de STML e trabalhadores. Para 11 de Janeiro agendou-se a próxima reunião, na expectativa de concluirmos positivamente a celebração de um novo ACEP, que permita aos trabalhadores conquistar e recuperar um conjunto de direitos, alguns usurpados na famigerada legislatura de Passos Coelho (PSD) e Paulo Portas (CDS-PP).

Renegociação do ACEP com a CML



ACEP



Com o objectivo de iniciar o processo de renegociação do Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP) com a CML, o Sindicato reuniu com o seu Executivo, representado pelo Vereador dos Recursos Humanos e Finanças, a 6 de Dezembro. Também presentes nesta reunião os responsáveis hierárquicos da Direcção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH).

Pouco se adiantou nesta reunião inicial, ficando porém a saber o STML, que a Câmara Municipal apresenta alguma resistência na aceitação de um conjunto de matérias que poderiam melhorar substancialmente a vida dos trabalhadores da maior autarquia do país. Noutros assuntos, não menos importantes, como a atribuição de três dias de férias através de avaliação positiva, repondo por esta via a justiça que o PSD/CDS-PP destruíram quando foram o (des)governo deste país, ficou o Vereador João Paulo Saraiva de debater a sua possibilidade com o restante Executivo e, em particular, com o Presidente Fernando Medina. Aguardamos para Janeiro a próxima reunião, onde se espera que finalmente a CML assuma, favoravelmente, as decisões que são já realidade em inúmeras autarquias de norte a sul do país, também na cidade de Lisboa, onde várias Juntas de Freguesia celebraram com o STML novos ACEPs, consubstanciando nesta opção, a obtenção de importantes direitos para os seus respectivos trabalhadores.

PREVPAP na CML

Como oportunamente informou o STML, os trabalhos implícitos à *Comissão de Avaliação Bipartida (CAB)*, constituída para analisar as situações de vínculos precários na CML, terminaram numa primeira fase em Outubro passado. Num segundo momento, procedeu-se à informação junto dos trabalhadores excluídos da possibilidade em recorrerem da decisão, podendo os mesmos

apresentar novos argumentos e fundamentações que invertam a vontade expressa pela maioria dos elementos da CAB. Relembre-se que, num grande número de casos em que se decidiu pela exclusão dos trabalhadores do processo de regularização, o STML votou, sozinho ou acompanhado, mas sempre em minoria obviamente, **contra** esta mesma decisão.

Entre Novembro e Dezembro, a DMRH recebeu as contestações dos trabalhadores (supostamente pouco mais de 30), ficando de agendar uma nova reunião da CAB, portanto, com todos os seus elementos para, caso e caso, proceder à reavaliação e posterior decisão. No momento em que escrevemos este artigo, não há no horizonte uma data nesse sentido. Só em Janeiro se deverá realizar a conclusão global e definitiva deste processo. O PREVPAP na CML, uma vez mais, atrasa-se.

O STML continuará a manter e a defender o compromisso assumido, por todos os representantes que fazem parte da CAB, ou seja, os trabalhadores que venham a integrar o mapa de pessoal do município o façam, efectivamente, durante o primeiro trimestre de 2019.

Ironicamente, por iniciativa e responsabilidade exclusiva da CML, procedeu-se em Dezembro a uma nova vaga de contratação através de prestadores de serviços (falsos recibos verdes). Num momento em que se espera concluir o processo do PREVPAP, o Executivo municipal decide realimentar a chaga da precariedade, em especial no sector da remoção de resíduos sólidos, com cerca de 100 trabalhadores a desempenhar as funções de cantoneiro, portanto, num trabalho de carácter permanente, mas com um vínculo precário...



As respostas da CML aos problemas da Limpeza Urbana e dos seus trabalhadores...

O ano de 2018 terminou com a abertura do concurso externo para a admissão de trabalhadores na função de cantoneiro, há muito exigido pelo STML. Perto de cem trabalhadores irão colmatar carências há muito identificadas num sector profissional de extrema importância para a cidade de Lisboa. Contudo, nem tudo são rosas, há de facto muitos espinhos neste processo...

Para além dos atrasos incompreensíveis face a um assunto de enorme urgência, soma-se a contratação de falsos recibos-verdes. Emerge assim um novo universo de precariedade, que integra um grupo mais reduzido das mesmas pessoas que se candidataram ao referido concurso. Confuso? Tentemos explicar um pouco melhor...

Selecionados entre os candidatos do procedimento concursal que neste momento decorre, estão desde Dezembro ao serviço da CML-Direção Municipal de Higiene Urbana (DMHU), mas enquanto prestadores de serviços, isto é, estarão na condição de trabalhadores com vínculo precário durante o tempo necessário até à conclusão desse mesmo procedimento. Mais precários, mais abusos, mais insegurança, mais política de “pau para toda a obra”, pelo menos durante um ano...

A CML desvalorizou e **não aceitou** a proposta do STML. Propusemos que, face a problemas que de facto urge solucionar no mais curto espaço de tempo, no mínimo, se realizassem contratos a termo. Não deixando de ser um vínculo precário, sempre é mais favorável ao trabalhador que nessa situação se encontra.

O STML não deixará de acompanhar a realidade diária dos trabalhadores agora ao serviço da CML a recibos-verdes, considerando

as práticas passadas que nos indicam constantes abusos e tropeças aos seus direitos. **Um trabalhador com um vínculo precário não perde os direitos que a Constituição da República Portuguesa consagra!**

Para inícios de 2019, prevê-se a abertura do concurso aprovado em reunião de câmara (em Outubro de 2017?!) para a categoria de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais (CMPVE). Aos problemas que afetam o sector da limpeza urbana, o ritmo de resposta da CML é incompreensível e mesmo intolerável. Torna-se essencial reforçar a ideia que o STML defende e que assenta num plano de recrutamento de pessoal que antecipe e evite a ruptura que, mais uma vez, se verifica neste sector.

Outros problemas afectam os trabalhadores do serviço municipal de remoção. No campo dos acidentes de trabalho, interpretações do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (DSHS), envolvendo a Medicina do Trabalho, às quais se somam decisões dos responsáveis hierárquicos aos vários níveis da DMHU, têm prejudicado e indignado os respectivos trabalhadores que, para além de sofrerem as agruras do acidente propriamente dito, são empurrados para caminhos que em nada contribuem para a sua recuperação e posterior reintegração ao serviço. Pelo meio, observam-se tentativas de alterações de horários de trabalho sem considerar a vontade do trabalhador, sujeito a perdas remuneratórias inaceitáveis.

Face a opções arbitrárias que inclusive atentam a legislação em vigor sobre estas matérias, o STML não hesitará em recorrer à via judicial caso a CML, e o seu Executivo em particular, não coloquem cobro a situações completamente repudiáveis. A política de ‘não olhar a meios para atingir determinados fins’, nunca acolheu e não acolhe simpatias deste Sindicato.

Freguesia Santo António

Bem no coração de Lisboa



Os trabalhadores das juntas de freguesia e o caminho que melhor os defende

Depois da renegociação e celebração em Julho de Acordos Coletivos de Empregador Público (ACEP) com as Juntas de Freguesia de Carnide, Marvila e Penha de França, foi concluída com sucesso a negociação com a Junta de Santo António, tendo ocorrido a assinatura do respectivo ACEP, pela primeira vez com esta Junta de Freguesia, a dia 17 de Dezembro.

Os ACEP já assinados nesta nova ronda negocial (em torno do processo de negociação e renegociação), contêm a recuperação e a conquista de mais direitos, como a atribuição de três dias de férias para todos os trabalhadores com avaliação positiva, a atribuição do dia de aniversário e do dia de Carnaval, descanso compensatório pelo trabalho prestado em dia feriado e a dispensa por luto para trabalhadores netos e avós, igual aos parentes de 1.º grau, e para os tios e sobrinhos, igual aos parentes de 2.º grau. Relembramos que as matérias passíveis de integrar os instrumentos de regulação colectiva na administração pública, são a organização do tempo de trabalho, saúde e segurança no trabalho e formação profissional.

Após o contacto prévio com vários presidentes, foram enviadas propostas de ACEP para a maioria das juntas de freguesia, tendo já iniciado, nalguns casos, os processos negociais, estando outros, em vias de se iniciarem. A expectativa do STML passa, obviamente, por alcançar resultados positivos com todas as autarquias da cidade.

Neste momento, por motivos diferentes, ainda não foram contactadas as Juntas de Santa Maria Maior (cujo ACEP ainda está no período de vigência), Alcântara, Belém, Estrela e Santa Clara.

No que diz respeito ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP),

apenas a JF de Alcântara não abriu o respectivo processo. As restantes freguesias, ou já o concluíram, tendo os trabalhadores em causa assinado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ou os trâmites processuais ainda estão em curso.

Apesar do PREVPAP ter sido criado para acabar de vez com a precariedade nas relações de trabalho na administração pública, e sendo as juntas de freguesia de Lisboa empregadores públicos que, por diversas razões mais recorreram a este tipo de contratação, o que verificamos é que apesar da quase totalidade das juntas ter regularizado um número significativo de trabalhadores com vínculos inadequados, mantém-se a existência de trabalhadores nesta situação. Ou porque foram recentemente contratados a recibos-verdes, ou porque foram excluídos do PREVPAP.

O que se exige é que as juntas com trabalhadores a “falsos” contratos de prestação de serviços, procedam à alteração dos seus mapas de pessoal e promovam concursos de ingresso de forma a resolverem rapidamente este grave problema.

Um outro assunto que se mantém, transversal em pelo menos 1/3 das juntas de Lisboa, é o que se prende com o gozo das folgas acumuladas pelos trabalhadores no tempo CML. Trata-se de um problema que é da responsabilidade do Executivo Municipal que inclusive, por diversas vezes, se comprometeu resolver. Como sempre afirmou o STML, **não vamos desistir deste direito dos trabalhadores.**

O STML prosseguirá a sua acção em defesa dos direitos dos trabalhadores, quer dos que transitaram da CML, dos que já exerciam funções nas Juntas, ou dos que, mais recentemente, viram regularizada a sua situação laboral, ou ainda daqueles que se mantêm com um vínculo inadequado, isto é, precário.



A formação profissional contribuirá para uma melhor avaliação?

Subordinado ao lema “Formação profissional um dever e um direito dos trabalhadores”, e dando continuidade às acções anteriores efectuadas pelo STML relativas à avaliação de desempenho (SIADAP), iniciou-se um novo ciclo de encontros temáticos.

A importância que a formação profissional tem no desenvolvimento de competências, no saber fazer, e na valorização pessoal entre outras, não são displicentes e merece uma atenção profícua nas organizações modernas, que, preocupando-se com os seus trabalhadores nesta matéria, conseguem maior satisfação e motivação e, por esta via, maiores índices de produtividade e qualidade do trabalho.

Infelizmente continua a persistir em muitas entidades empregadoras, em que a Administração Pública não é alheia, a ideia que formação profissional em horário de trabalho, é igual a mais despesa, mais absentismo e mais dificuldades na gestão dos recursos humanos, esquecendo que a mesma no quadro legal vigente, é não só um direito dos trabalhadores como é uma obrigação da Administração. É bom lembrar a este propósito, que cada trabalhador tem um crédito de cem horas por ano civil, dentro do período laboral, para sua autoformação.

Dos encontros já efectuados, que abrangeram os edifícios da Hemeroteca, Campo Grande, Gebalis, Alexandre Herculano, Arquivo Municipal, ressaltam sobretudo as seguintes conclusões:

- A falta de acções de formação específicas para trabalhadores em determinados sectores de actividade como por exemplo os técnicos de informática;
- A não autorização superior de frequência de acções de formação incluindo as que constam do plano de formação da CML;
- A desvalorização da frequência de determinadas acções de formação, por se julgarem ser mais destinadas à valorização pessoal do que ao interesse do serviço;

- A inscrição em acções de formação de forma sistemática, sem que o trabalhador as consiga frequentar (falta de vagas);
- Uma valorização inadequada da formação profissional, no quadro da avaliação de desempenho (SIADAP);
- Acções de formação com tempo reduzido, face aos conteúdos e matérias abordadas;
- Inexistência de um quadro de formação que contemple e enquadre os aspectos formativos e treinamento, em sede do próprio local de trabalho e no desempenho das tarefas, sobretudo devido à mobilidade, novas orgânicas e metodologias de trabalho e/ou utilização de novas ferramentas;
- Falta de condições (físicas, ambientais e de conforto) em que são dadas algumas acções de formação.

Todos os trabalhadores da CML já foram confrontados, em dado momento, com alguns dos aspectos mencionados anteriormente. É, contudo, de valorizar o esforço que tem sido feito pelo Departamento de Formação da CML e seus trabalhadores, sobretudo pelas condições de trabalho deficientes em que, frequentemente, têm que exercer a sua actividade.

Este facto é indissociável dos aspectos conclusivos dos encontros já realizados e demonstra inequivocamente, que em qualquer organização com um quadro de trabalhadores tão elevado como o da CML, o papel da formação dos mesmos, mereça uma atenção mais profunda, com mais meios e condições, que possibilitem a todos, mesmo todos, o seu enriquecimento pessoal e profissional, proporcionando assim a melhoria sempre ambicionada, na Qualidade do Serviço que têm como missão, prestar.

Para Janeiro e Fevereiro, prevê-se a realização de novos encontros temáticos em tantos outros locais de trabalho. Abordar a formação profissional interligada à avaliação de desempenho, serão os propósitos que nos norteiam.



Manifestação da CGTP-IN contou com milhares de trabalhadores na rua!

A CGTP-IN convocou os trabalhadores para uma grande manifestação nacional que decorreu a 15 de Novembro, em Lisboa, entre a rotunda do Marquês de Pombal e os Restauradores com o lema “Avançar nos Direitos, valorizar os trabalhadores”.

Segundo a área da acção reivindicativa da central sindical, estiveram presentes na iniciativa milhares de trabalhadores vindos de todo o País. Foram muitos os que chegaram em mais de cem autocarros e dois comboios provenientes do Porto, juntando-se às dezenas de milhares de manifestantes oriundos de Lisboa e arredores.

Esta manifestação nacional da Intersindical já tinha sido exigida por milhares de trabalhadores reunidos, nos meses de Outubro e Novembro, em plenários que coincidiram com a discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2019, cuja proposta inicial era manifestamente insuficiente à resolução dos principais problemas que afectam os portugueses.

Os manifestantes, dirigindo-se ao Governo, reivindicaram um aumento de 4% dos salários de todos os trabalhadores – e em que fosse garantido um mínimo de 40 euros de subida; a fixação do salário mínimo nos 650 euros em Janeiro de 2019; o aumento das pensões de reforma; a defesa e melhoria dos serviços públicos e funções sociais do Estado; e a revogação das normas gravosas da legislação laboral.

O combate às desigualdades, à precariedade e desregulamentação dos horários de trabalho, bem como a dinamização da contratação coletiva, constou igualmente do rol de reivindicações da CGTP-IN. Isto sem esquecer a promoção do progresso social e do desenvolvimento do País como forma de dar resposta aos problemas dos trabalhadores e da população em geral.

A manifestação nacional da CGTP-IN terminou com o Secretário-geral, Arménio Carlos, a salientar que o descontentamento pela ausência de respostas positivas às reivindicações dos sectores público e privado tinha sido levado a cabo a uma só voz. O responsável sindical realçou ainda que está nas mãos dos trabalhadores mudar as suas condições de vida e de trabalho.



FCSAP entrega “prendas” ao Governo...

Realizou-se no passado dia 12 de Dezembro, uma acção da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), da qual o STML faz parte, tendo como objectivo a entrega de um conjunto de reivindicações ao Governo, simbolizadas pelas “prendas” associadas a esta altura do ano.

A acção, que contou com a presença de dirigentes, delegados e activistas sindicais de vários sindicatos que integram a FCSAP, teve início na Praça da Figueira, constituindo um cordão humano que percorreu a baixa lisboeta até à Avenida Infante D. Henrique, terminando no Ministério das Finanças.

Uma delegação deslocou-se posteriormente ao Ministério, onde foram depositadas as “prendas” que, simbolicamente, representavam algumas das principais reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública, até agora não atendidas por este Governo.

Aumento dos salários para todos, regulamentação dos suplementos, recuperação das carreiras, pagamento das indemnizações por acidente ou doença profissional, 35 horas para todos, revisão da Lei de Trabalho em Funções Públicas, revisão das condições para a aposentação e reposição dos 25 dias de férias, foram apenas alguns dos motivos com que a FCSAP decidiu ilustrar esta acção de protesto.

O secretariado da Frente Comum decidiu avançar com esta acção de protesto e luta, face à ausência de respostas por parte do governo em relação à Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2019, relembre-se, entregue em Junho de 2018 (!).

Após um longo interregno entre a reunião que ocorreu a 12 de Outubro, em que participou o Ministro das Finanças, e as que se realizaram a 7 e 11 de Dezembro com os Secretários de Estado de Emprego e Administração Pública e do Orçamento (com o Orçamento do Estado já aprovado na Assembleia da República), não houve nenhuma contraproposta por parte do Governo à PRC.

A única proposta concreta apresentada pelo Governo foi a que teve por base os 50 milhões de euros, alegadamente orçamentados, que servirão em teoria para colocar a remuneração mínima na Administração Pública em 635,07€, abrangendo cerca de 70 mil trabalhadores. A FCSAP manifestou a sua discordância, reafirmando a sua reivindicação de 4% para todos os trabalhadores com um mínimo de €60,00.

Além desta medida, já de si manifestamente insuficiente, mais nenhuma reivindicação obteve resposta, nomeadamente sobre a actualização do subsídio de alimentação, a reposição do valor do trabalho extraordinário, a redução da quotização para a ADSE e em 12 meses, a regulamentação dos suplementos de insalubridade, penosidade e risco e o de disponibilidade permanente, a revogação da legislação negativa como o SIADAP ou das condições para a aposentação, entre outras.

No final da acção, os dirigentes depositavam as “prendas” no Ministério das Finanças, demonstrando, uma vez mais, a sua indignação. O que se exige de imediato é que o governo assuma a negociação colectiva, séria e consequente, com as estruturas sindicais mais representativas dos trabalhadores da administração pública.



INTER-REFORMADOS

Ao longo de décadas, a par dos trabalhadores no activo, os reformados, aposentados, pensionistas e idosos têm sentido as suas vidas infernizadas pela política de direita, prosseguida por sucessivos governos, com destaque para o anterior governo de PSD/CDS-PP.

Mas como sempre, a luta dos trabalhadores no ativo e dos reformados, impulsionada pela CGTP-IN, contra a exploração, as desigualdades e o empobrecimento dos trabalhadores, do povo e do País, foi determinante para alterar a situação, até então vivida, através, do voto popular em Outubro de 2015, que deu lugar a uma nova relação de forças na Assembleia da República.

Na situação actual, ao que aos reformados e pensionistas diz respeito, e ainda que a Inter-Reformados/CGTPIN considere que é necessário e possível ir mais longe, valorizamos os avanços registados, no quadro da nova relação de forças, de que constituem exemplos, entre outros:

- A aplicação do mecanismo automático da atualização anual das pensões; o aumento extraordinário de pensões; o pagamento do Subsídio de Natal por inteiro em Novembro/Dezembro, acabando-se assim com os duodécimos; o complemento extraordinário para pensões mínimas; a melhoria na flexibilidade da idade de acesso à reforma nas longas carreiras contributivas; a aproximação para a eliminação do fator de sustentabilidade; a extinção da contribuição extraordinária de solidariedade e da sobretaxa de IRS; a melhoria das pensões sociais não contributivas.

Em 2019, a Inter-Reformados/CGTP-IN continuará a dinamizar a mobilização dos reformados e aposentados para a luta necessária, a partir das Comissões de Reformados existentes e a criar, com o apoio dos Sindicatos, Uniões e Federações e da CGTP-IN, para atingir os objectivos aprovados na sua 8.ª Conferência, designadamente:

- Aumento de todas as pensões de velhice e invalidez
- Revogação total do factor de sustentabilidade
- Reposição da idade legal de acesso à pensão de velhice nos 65 anos
- Direito à reforma sem qualquer penalização para os trabalhadores com 40 ou mais anos de carreira contributiva, independentemente da idade
- Reforço da Segurança Social Pública, Universal e Solidária
- Medidas de reforço da sustentabilidade financeira da Segurança Social
- Serviços Públicos Universais e de Qualidade
- Aumento das comparticipações nos medicamentos
- O reforço da fiscalização sobre instituições de apoio a pessoas idosas e dependentes
- Adopção de uma política social de habitação
- Concessão, sem limites de horários, de 50% do valor dos bilhetes em todos os tipos de transportes colectivos.

Em 2019, a Inter-Reformados/CGTP-IN continuará a:

- **Dinamizar a constituição de novas comissões sindicais de reformados** nos principais sindicatos, uniões e federações.
- **Mobilizar os reformados e aposentados para todas as iniciativas e ações de luta que venham a ser promovidas pela CGTP-IN** e, nomeadamente no âmbito do Dia Internacional da Mulher; do Dia Nacional da Juventude; do 25 de Abril; do 1º de Maio; do Aniversário da CGTP-IN e do Dia Internacional do Idoso.
- **Manter e aprofundar as relações de cooperação com organizações congéneres e que persigam os mesmos objectivos**, nacionais e internacionais, privilegiando, no plano nacional, as relações com o MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos.

(Extraído do **Plano de Actividades** e Orçamento para 2019, aprovado no Conselho Nacional da CGTP/IN, a 14/ 12/2018.)



OE 2019: Trabalhadores conquistam rendimento, mas a luta continua...

Com a aprovação do Orçamento do Estado (OE) para 2019, importa relevar algumas das medidas que irão contribuir, no próximo ano, para uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Mas, nem tudo são rosas com este governo PS que teima em dar primazia aos interesses do grande capital e aos ditames de Bruxelas.

A exemplo dos OE anteriormente aprovados ao longo desta legislatura, fruto de uma correlação de forças de esquerda no Parlamento e da luta activa dos trabalhadores e seus representantes, o documento incorpora um vasto conjunto de medidas positivas com expressão na valorização de salários, reformas e pensões, na elevação de prestações sociais e numa maior equidade na tributação, traduzida num alívio fiscal para os rendimentos do trabalho.

A aprovação de muitas das propostas, provenientes das várias bancadas que compõem a actual maioria de esquerda parlamentar, consubstanciam novos avanços no caminho da defesa, reposição e conquista de direitos e rendimentos, amputados, sobretudo, durante os terríveis anos de governação da direita e da *troika* internacional, mas também, anteriormente, pelo governo PS de José Sócrates e Teixeira dos Santos.

Importa, pois, elencar algumas das medidas mais positivas neste OE/2019. Na área dos serviços públicos, o documento privilegia um conjunto de medidas para a criação de condições para o seu reforço, quer pela contratação de trabalhadores quer pela realização de investimentos.

Outro dos aspectos muito positivos neste OE é a aprovação, pelo terceiro ano consecutivo, de um aumento extraordinário das pensões, com efeito já a partir de Janeiro de 2019, abrangendo mais de dois milhões de pensionistas. Destaque também para o apoio extraordinário a desempregados de longa duração, para

o alargamento do abono de família e para a redução dos custos para os utentes dos transportes públicos, aspecto este que se traduzirá para milhares de famílias num incremento com substancial relevância nos seus rendimentos.

À margem do debate e da aprovação do OE, ficou uma matéria de extrema importância para os trabalhadores do sector público: o aumento dos salários. Se por um lado, todos nos congratulamos com a subida do salário mínimo para 635 euros, medida que prevê abranger mais de 70 mil trabalhadores (números apontados pelo Ministério das Finanças), consideramos insultuoso, tendo em conta uma década de congelamento de salários, que Mário Centeno avance com os “tais” 50 milhões de euros como verba limite para esse efeito.

À hora de fecho desta edição, as estruturas sindicais estarão prestes a ser recebidas, uma vez mais, pelo governo e espera-se que, desta vez, seja este o tema principal da reunião. A Frente Comum da CGTP está, como sempre esteve, convicta na defesa de uma imperiosa subida dos salários para **todos** os trabalhadores da administração pública, regional e local. Por acreditar que há condições efectivas para proceder ao aumento dos salários, a proposta prevê mais 60 euros mensais para trabalhadores com vencimentos até 1.500 euros e 4% acima deste valor. Refira-se que se trata de uma proposta razoável e responsável (ao contrário do que muitos acreditam e apontam) tendo em consideração a violenta perda de poder de compra ao longo da última década. Aliás, se fosse para repor integralmente todos os indicadores, a proposta teria de envolver valores substancialmente mais avultados.

Assim, e porque a aprovação de um OE não encerra determinadamente as matérias, a luta pelos aumentos dos salários e pela recuperação de rendimentos dos trabalhadores vai continuar. E 2019 terá de ser, também, um ano de luta.



Salários da AP para 2019: uma mão cheia de quase nada...

Na Proposta Reivindicativa Comum (PRC) para 2019, entregue em Junho pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), estão incluídas as reivindicações dos trabalhadores das Administrações Públicas central, regional e local, todas elas importantes, havendo uma, contudo, que é necessário destacar: o aumento dos salários.

A FCSAP inscreveu na PRC para 2019, a actualização do salário mínimo na Administração Pública (AP) para 650,00€, um aumento de 60,00€ para os salários até 1500,00€ e de 4% para os restantes. Esta é uma proposta razoável, tendo em conta os “cortes” de salários que os trabalhadores da AP, sofreram durante o governo do PSD/CDS e o congelamento que se mantém com o actual governo do PS. Tudo somado, são 10 anos (último aumento em 2009), sem qualquer aumento salarial, representando uma perda de rendimento de mais de 20% no poder de compra destes trabalhadores.

O Governo nunca apresentou às estruturas sindicais, qualquer contraproposta com valores concretos, usando a comunicação social para anunciar verbas que estariam disponíveis no Orçamento de Estado (OE) para 2019, para os aumentos de salários na AP, que os Secretários de Estado do Orçamento e da Administração e Emprego Público, vieram a confirmar em reuniões negociais, mas apenas em Dezembro... isto é, depois da aprovação da Lei do OE/2019.

Esta postura inaceitável, põe em causa a negociação colectiva na AP, em que o “patronato” (o governo), não responde com contraproposta, limitando-se a decidir de forma unilateral as verbas a inscrever no OE, confrontando depois os sindicatos com factos consumados.

O Governo definiu uma verba de 50 milhões de euros para aumentos salariais dos trabalhadores da AP, optando por valorizar os salários mais baixos, passando o 4º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única (TRU), e definindo o valor de 635,07€ como o salário mínimo da AP.

Achamos que este valor não é demais como salário mínimo da AP, a nossa proposta é de €650,00 para todos os trabalhadores portugueses, onde se incluem os da AP. O que está em causa é que esta medida abrange apenas cerca de 70 mil dos 675 mil trabalhadores da AP, deixando, como é evidente, a esmagadora maioria sem aumento de salário. Esta actualização da base salarial, deveria levar a uma revalorização de todos os níveis remuneratórios da TRU.

Não podemos assim considerar, que houve um aumento dos salários dos trabalhadores da AP, uma vez que mais de seiscentos mil trabalhadores, não têm qualquer valorização.

O Governo tem tentado confundir a opinião pública, anunciando o aumento da despesa, acima dos 3%, com a massa salarial na AP para 2019. Este é um discurso abusivo, uma vez que contabiliza nesta percentagem os descongelamentos das progressões obrigatórias e a contratação de novos trabalhadores.

Quando o Governo vem dizer que não há margem para um aumento generalizado dos salários, dispondo apenas dos referidos 50 milhões para esse efeito, está a fugir à verdade! Como já afirmamos, o Orçamento do Estado é feito de opções políticas. Em vez de continuar a privilegiar a banca, as PPP com milhares de milhões de euros e perseguir o objectivo do défice zero nas contas públicas, pode e deve investir nos serviços públicos e nos seus trabalhadores. Pode e deve optar por uma política que valorize e aumente os salários!



Resolução do Conselho Nacional da CGTP-IN de 14 de Dezembro

A União Europeia, apesar de uma iniludível crise, aprofunda o seu carácter federalista, ultraliberal e militarista – insiste-se na criação do exército europeu! –, utilizando os seus mecanismos de ingerência, como o Tratado Orçamental e o euro, entre outros, para limitar a soberania e a independência nacionais e impedir o desenvolvimento económico e social dos países, nomeadamente dos mais vulneráveis como Portugal.

A negociação, em curso, sobre o novo quadro financeiro (2021-2027), orienta-se para reduzir os montantes e limitar o grau de autonomia no uso dos fundos, já que estes deverão financiar, sobretudo, as recomendações definidas no Semestre Europeu e do chamado Pilar Europeu dos Direitos Sociais, colocando maior pressão para a migração dos trabalhadores, a facilitação dos despedimentos, a manutenção e alargamento da precariedade, a desregulação dos horários, a redução dos salários e negar o direito à contratação colectiva e à liberdade sindical.

Mas a situação em Portugal continua marcada por décadas de política de direita, imposta por PS, PSD e CDS, particularmente agravada pelo anterior governo PSD/CDS, e por opção do governo minoritário do PS que resiste à renegociação de uma dívida insustentável, ao mesmo tempo que insiste na redução cega do défice, travando medidas de justiça social, deixando sem resposta e mantendo défices estruturais, inaceitáveis desigualdades e injustiças que continuam a remeter muitos milhares de trabalhadores e suas famílias à situação de pobreza.

O PS e o seu governo já demonstraram, mesmo no actual quadro político, que não querem percorrer um caminho diferente, de ruptura definitiva com a política de direita. Por opção própria,

sobretudo no que é estrutural, convergem e aliam-se ao PSD, ao CDS, aos patrões e à UGT, como acontece com a legislação laboral.

No seguimento da discussão da petição promovida pela CGTP-IN que recolheu mais de 75 mil assinaturas de trabalhadores, exigindo a revogação das normas gravosas da legislação laboral, aquando da votação de projetos-lei com aquele objectivo, mais uma vez, o PS juntou os votos dos seus deputados aos do PSD e do CDS, assim inviabilizando a aprovação dessas alterações ao Código do Trabalho e a reposição de algum equilíbrio nas relações laborais. Este seria um passo importante para aumentar salários, para reduzir horários e travar a sua desregulação, para criar emprego com direitos e pôr fim à precariedade laboral, mas também elemento imprescindível para aumentar a produtividade, fazer crescer a economia e impulsionar o desenvolvimento harmonioso do país.

O Conselho Nacional da CGTP-IN considera que é neste quadro que os trabalhadores e o Movimento Sindical Unitário são chamados a intervir, de forma ainda mais intensa. Assim deve ser 2019, ano do início das Comemorações do 50º Aniversário da CGTP-IN e de preparação do seu XIV Congresso, que a todos deve mobilizar e, tendo em conta o contexto político, designadamente, o fim da actual legislatura e os três actos eleitorais, para o Parlamento Europeu, a Assembleia da República e a Região Autónoma da Madeira. É neste quadro que é preciso dar prioridade à luta por salários, salário mínimo nacional e horários; pela defesa e promoção da contratação colectiva, bem como pela revogação das normas gravosas da legislação laboral; pelo emprego com direitos e combate à precariedade; pelos direitos, liberdades e garantias, visando o exercício do direito de atividade e liberdade sindical no interior da empresa e nos locais de trabalho.

Bem vindo à sua Progressão de Carreira!



A progressão nas carreiras ainda não teve efeitos nas remunerações base dos trabalhadores...

Entre Outubro de 2017 e Julho de 2018, a Remuneração Base Média Mensal (RBMM)* aumentou apenas 0,9€ segundo a DGAEP.

A Direcção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), do Ministério das Finanças, publicou em 30.11.2018 dados referentes às remunerações dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas no 3º Trimestre de 2018. Os dados revelam que, até Julho de 2018, os efeitos das progressões nas carreiras dos trabalhadores da Função Pública tinham sido mínimos.

Tenha-se presente que, em Outubro de 2011, as remunerações na Administração Pública já tinham sofrido os cortes impostos, pelo governo de Sócrates, entre 3% e 10% nos escalões de ganhos iguais ou superiores a 1.500€.

Em Julho de 2014, devido a uma decisão do Tribunal Constitucional que eliminou os cortes nas remunerações, verificou-se um aumento (Ganho médio mensal=1.659,9€; Remuneração Base Média Mensal=1.444,6€), que imediatamente foi eliminado pelo governo de Passos Coelho/Portas com a aplicação de novos cortes.

Em Outubro de 2015, aquando da tomada de posse do actual governo, a Remuneração Base Média era apenas de 1.402,5€ que, com a reposição dos cortes, subiu para 1.460,5€ em Outubro de 2017 (+58€).

O Ganho Médio Mensal dos trabalhadores da Função Pública, com a reposição dos cortes, aumentou, entre Outubro de 2015 e Outubro de 2017, de 1.619,8€ para 1.693,1€ (+73,3€).

A partir de Outubro de 2017, terminou o efeito da eliminação dos cortes, e começou o das progressões nas carreiras. Até Julho de 2018, o seu efeito é muito reduzido: em média apenas um aumento de 90 cêntimos na RBMM dos trabalhadores de todas as Administrações Públicas (Central, Local e Regional).

Entre Outubro de 2017 e Junho de 2018, subiu de 1.460,7€

para 1.461,6€ (+0,9€/mês), e o Ganho Médio Mensal passou, no mesmo período, de 1.693,1€ para 1.710,1€ (+ 17€/mês). É assim também – adiando – que o governo reduz o défice.

Como mostram os dados da DGAEP, devido à eliminação dos cortes, a RBMM dos trabalhadores da Função Pública aumentou, entre Outubro de 2015 e Outubro de 2017, em média, +58,3€ por mês, mas variando muito de categoria para categoria profissional.

Por ex. a remuneração base mensal dos Assistentes Técnicos (85.285 trabalhadores), teve apenas uma subida de 1,6€/mês, enquanto na dos Magistrados foi de 407€/mês. A dos Assistentes Operacionais (154.016 trabalhadores), o aumento foi de 23,9€ reflectido o efeito do aumento do salário mínimo nacional, mas aumentando menos, já que este subiu, no mesmo período, 75€.

Os efeitos das progressões nas carreiras, até Julho de 2018, foram mínimos segundo os dados da DGAEP, pois a RBMM de todos os trabalhadores da Função Pública aumentou apenas +0,9€/mês, embora variando de categoria para categoria profissional, verificando-se em certas categorias, mesmo uma diminuição, certamente devido à aposentação de trabalhadores com remunerações mais elevadas e à entrada de trabalhadores mais novos com remunerações mais baixas (entre Setembro de 2015 e Setembro de 2018, o número de trabalhadores da Função Pública aumentou de 649.416 para 671.082, ou seja, +21.660), pois estamos a utilizar remunerações médias mensais (é preciso não esquecer isto) e não valores mensais recebidos por cada trabalhador.

Eugénio Rosa, economista

* RBMM – Antes de deduzir os efeitos das deduções do IRS, os descontos para a ADSE e CGA ou para a Segurança Social.



Parlamento de França aprova medidas de Macron

AUMENTOS: A maioria que apoia o presidente, aprovou no parlamento o aumento do salário mínimo e outras medidas visando travar o descontentamento social em França, que continua a manifestar-se nas ruas.

A Assembleia Nacional francesa ratificou na sexta-feira, 21, as medidas económicas anunciadas a 11 de Dezembro pelo presidente Emmanuel Macron procurando acalmar os protestos populares das últimas semanas.

O pacote de concessões de emergência oferece «uma resposta rápida, firme e concreta» à crise, declarou o ministro do Trabalho, Muriel Penicaud, durante o debate na câmara baixa do parlamento francês, em Paris. O partido de Macron, *La République en Marche* (LRM), com larga maioria parlamentar, garantiu a aprovação da legislação proposta.

O órgão legislativo avalizou o projecto de lei e o debate foi transferido para o Senado que deve, especificamente, eliminar o aumento de impostos que beneficia a maioria dos reformados e libertar de impostos e contribuições o pagamento de horas extraordinárias a todos os trabalhadores.

As medidas em discussão, que já tinham sido anunciadas por Macron, incluem o aumento do salário mínimo em 100 euros mensais a partir de Janeiro de 2019, ao mesmo tempo que se elimina o imposto sobre os combustíveis, implicando também que não haverá aumentos nos preços da electricidade e do gás – que foram os detonadores principais das manifestações dos coletes amarelos (com bloqueios de estradas e confrontos com a polícia).

Os protestos começaram a 17 de Novembro contra a subida do preço dos combustíveis, mas as reivindicações alargaram-se rapidamente à melhoria do poder de compra em geral, entre outras exigências, como a demissão do próprio presidente da República.

Coletes amarelos, mas em Portugal...

A operação político-mediática dos chamados «coletes amarelos portugueses» redundou num enorme fracasso. Mas os seus objectivos vão mais além da operação de 21 de Dezembro e não se esgotam nela. Apesar de particularidades históricas e sociais, da especificidade das forças em presença (partidos de esquerda bem enraizados e um forte movimento sindical unitário, o da CGTP-IN) e da recente evolução política, o nosso País não está imune às tendências gerais que se desenvolvem no quadro da profunda crise do capitalismo.

Aquilo que foi tentado em Portugal não foi fruto de um grupo de “carolas” da Internet. Foi uma operação conspirada, decidida, financiada e apoiada pelos grandes interesses económicos e pela comunicação social ao seu serviço, que visou alimentar uma agenda reaccionária que tenta fazer caminho no nosso País, e que como noutros momentos da História alimenta e dá campo e visibilidade à extrema-direita e ao seu discurso populista, xenófobo, de ódio, com o seu falso discurso “anti-sistema”.

Mas o que aconteceu em fins de Dezembro, foi exactamente o sistema – capitalista – a funcionar, e a extrema direita funcionou, como sempre, como um seu instrumento. Foi o grande capital e a comunicação social, que é sua propriedade e está ao seu serviço, que desencadeou durante quase duas semanas uma operação de propaganda, mobilização e incitamento à violência. Foi a comunicação social que silencia, quase em absoluto, manifestações de trabalhadores com dezenas de milhares de participantes (como a jornada de luta nacional convocada pela CGTP-IN de 15 de Novembro) que dedicou dezenas de horas de antena e gastou verdadeiras fortunas em meios técnicos e humanos numa vergonhosa e ridícula acção de manipulação.

Depois desta operação tornam-se ainda mais visíveis as consequências da privatização e concentração monopolista da comunicação social. Consequências que chegam ao ponto de o canal público de rádio e televisão ter participado dessa mesma operação.